

**Comissão Parlamentar de Ambiente,
Energia e Ordenamento do Território**

Assembleia da República, 20 de maio de 2021

Assunto: *Audição do movimento de cidadãos “Indignados de Louredo”, a propósito das operações urbanísticas ilegais na albufeira da Caniçada.*

As intervenções públicas e diligências levadas a cabo por membros do movimento informal de cidadãos “Indignados de Louredo”, em Vieira do Minho, sobre as operações urbanísticas ilegais na área envolvente da albufeira da Caniçada, alertaram várias entidades da Administração Central e Local para os atropelos ao ordenamento do território e ao ambiente perpetrados nas margens daquela albufeira.

O relatório da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), de fevereiro de 2017, que avaliou o cumprimento do Plano de Ordenamento da Albufeira da Caniçada (POAC) nos municípios de Vieira do Minho e de Terras de Bouro, veio confirmar as preocupações do movimento de cidadãos ao concluir que das 19 construções realizadas na área da margem da albufeira de Vieira do Minho apenas uma cumpria as normas dos regimes de salvaguarda e gestão do POAC.

Dada a intervenção local desenvolvida pelo movimento de cidadãos, é do entendimento do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda que esta Comissão e a Assembleia da República devem conhecer as preocupações e os alertas transmitidos pelo movimento “Indignados de Louredo” às entidades públicas antes e após ser conhecido o relatório da IGAMAOT que veio confirmar as irregularidades urbanísticas nas margens da albufeira da Caniçada.

Como tal, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem, por este meio, **requerer o aditamento da audição do movimento de cidadãos “Indignados de Louredo” às audições já requeridas por este Grupo Parlamentar a propósito da matéria em apreço.**

O deputado e a deputada,
José Maria Cardoso,
Alexandra Vieira